

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)



ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço,
imaginação e memória visual

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Gabriel Motomu Teshima
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço, imaginação e memória visual / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-690-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.901212311>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Projetos. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Quais as possibilidades e limites da relação homem-meio? Para indicarmos as respostas a essa inquietante questão é possível seguir por dois caminhos. De um lado, temos a potência da **produção** do espaço, da interferência direta no meio, da modificação do concreto, da construção material da história. De outro, temos a **percepção** do produzido e dos processos de modificação, da ativação do sensível e da apropriação do meio, da construção de sentidos e significados da vida espacializada.

Ambas, produção e percepção, são atravessadas pela imaginabilidade, pela construção de memórias coletivas e individuais dos espaços de vida que têm como cenário, palco e produto a arquitetura e a cidade. Ambas carregam o ensejo da expectativa, da esperança, da contradição, da luta cotidiana, do trabalho humano, do pertencimento, do medo e até mesmo da negação. Assim, ambas, em sua latente ambiguidade, são potências da vida humana. Guardam as possibilidades daquelas experiências recorrentes, cotidianas e programáveis às experiências inovadoras, inéditas e espontâneas.

Este livro da Atena Editora, intitulado “Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço, imaginação e memória visual” tensiona essas duas possibilidades.

Em seu conjunto de textos há uma diversidade que certamente interessará a leitoras e leitores. Ilustra, numa visão não estanque, mas imbricada e dinâmica, o tensionamento entre a produção e a percepção. Assim, a interação entre estes dois campos humanos proposta neste livro vai da ideação e revisão crítica de uma experiência de jurisdição e gestão patrimonial em Minas Gerais às respostas arquitetônicas como a expressiva experiência plástico-formal recente na obra de Santiago Calatrava.

Entre estes dois pontos há um percurso interessante a ser feito: técnicas retrospectivas e métodos de recuperação de artefatos históricos; apontamentos diversificados sobre a arquitetura religiosa e relação com a sociedade; notas, relatos e análises da forma urbana, da morfologia urbana e da história urbana em cidades brasileiras, portuguesas, peruanas, mexicanas e chilenas; e, por fim, reflexões sobre a cidade contemporânea, sobre o patrimônio modernista e sobre a legislação urbanística e zoneamento.

Nestes casos aqui expostos produção e percepção se chocam, se unificam, se diferenciam, se contrapõem e se complementam. Esta diversidade é certamente a beleza de sua composição e início de um caminho para diálogos, problematizações e o levantamento de novas possibilidades da experiência única de, ao mesmo tempo, construir e habitar o mundo.

É ainda digno de nota que este percurso não é linear, mas ziguezagueia. Vai do micro ao macro e retorna ao micro. Expõe tensões, concordâncias e fraturas.

Assim, estimo, a leitoras e leitores, uma excelente experiência!

Pedro Henrique Máximo Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ICMS DE PATRIMÔNIO CULTURAL CONCEITOS, GESTÃO E EFICÁCIA DO MECANISMO
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TRABALHO: OS OFÍCIOS TRADICIONAIS

Simone de Almeida Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123111>

CAPÍTULO 2..... 11

O PÓ CERÂMICO COMO ADITIVO ALTERNATIVO NO RESTAURO DE ARGAMASSAS
HISTÓRICAS: O CASO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO DE SÃO
CRISTÓVÃO SE/BR


Eder D. Silva

Guilherme B. Almeida

Breno A. Franco

Arthur S. Santos


Carla A. Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123112>

CAPÍTULO 3..... 26

LA ARQUITECTURA RELIGIOSA DE TEPIC, NAYARIT. CASO DE ESTUDIO: EL
SANTUARIO DE GUDALUPE

María Elizabeth Loera Beltrán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123113>

CAPÍTULO 4..... 36

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TRABALHO: OS OFÍCIOS TRADICIONAIS IDENTIFICAÇÃO
E MAPEAMENTO DAS CORES DO FORRO DA SACRISTIA DO CARMO PEQUENO DE
SÃO CRISTÓVÃO SE/BR


Eder D. Silva

Adriana D. Nogueira

Karoline P. Paulo

Ellen D. A. Paiva

Paulo M. M. Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123114>

CAPÍTULO 5..... 53

O ESTUDO DE ELEMENTOS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO AO ALCANCE DA
SOCIEDADE: A RELAÇÃO DAS OBRAS RELIGIOSAS ENTRE PORTUGAL E BRASIL, A
INFLUÊNCIA PORTUGUESA

Eleusy Natália Miguel

Alex Fernandes Bohrer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123115>

CAPÍTULO 6..... 64


RISCOS DE TIPIFICAÇÃO FUNCIONAL EM PATRIMÔNIO MONÁSTICO-CONVENTUAL

DEVOLUTO [ÉVORA, PORTUGAL]

Maria do Céu Simões Tereno

Maria Filomena Mourato Monteiro

António Vitorino Simões Tereno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123116>

CAPÍTULO 7..... 84

A CIDADE NA CIVILIZAÇÃO INCA – CONQUISTAS E PADRÕES


Caroline Silva de Albergaria

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123117>

CAPÍTULO 8..... 101

DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E LEGISLAÇÃO URBANA: ZEIS 3 COMO PERSPECTIVA PARA A ISONOMIA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

Sumaya Hamad Chaouk


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123118>

CAPÍTULO 9..... 114

FORMAS URBANAS EM DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

Ricardo Batista Bitencourt

Ramon Fortunato Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123119>

CAPÍTULO 10..... 132

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA URBANA POTIGUAR: EPÍTOME SOBRE NATAL E PARNAMIRIM

Lenita Maria dos Santos Fernandes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231110>

CAPÍTULO 11..... 141

AVENIDA FREI SERAFIM (TERESINA-PI): LEITURAS POSSÍVEIS DO SEU DESENHO URBANO

Renata Beatriz Alves de Melo

Pamela Krishna Ribeiro Franco Freire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231111>


CAPÍTULO 12..... 151

JARDINS DE CHUVA. ESTRATÉGIAS DE BENEFÍCIOS AMBIENTAIS, ECOLÓGICOS E PAISAGÍSTICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Jane Cecilia Santucci

Samanta Machado de Amorim.

Larissa Santos de Paula


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231112>

CAPÍTULO 13..... 157

TALLER DE DISEÑO URBANO EN UNA POBLACIÓN VULNERABLE DE SANTIAGO

DE CHILE


María Isabel Matas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231113>

CAPÍTULO 14..... 167

PARQUE GUINLE E LOUVEIRA: DUAS VARIAÇÕES DO BLOCO SOBRE PILOTIS

Nathalia Cantergiani Fagundes de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231114>

CAPÍTULO 15..... 181

ESPACIALIDADE E ESTRUTURA, A CONFORMIDADE DE AMBOS NOS PROJETOS DE SANTIAGO CALATRAVA

João Gabriel Voss Quattrucci

Valéria Cassia dos Santos Fialho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231115>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO..... 191

FORMAS URBANAS EM DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

Data de aceite: 01/11/2021

Ricardo Batista Bitencourt

Universidade Federal do Tocantins

Ramon Fortunato Gomes

Universidade de Federal de Mato Grosso do Sul - CPNV

RESUMEN: A cidade depende de sua forma que é fruto de sua evolução histórica, de sucessivas condições sociais, políticas e econômicas, resultando acumulação e integração de ações individuais, e de pequenos grupos. Nesse sentido o artigo busca compreender as relações entre a morfologia e planejamento sob a ordem do Estado no Brasil e em Portugal, em períodos distintos, estando dividido em duas partes. A primeira produz uma revisão bibliográfica simplificada sobre as formas de ocupação portuguesa do território. A segunda indica abordagens e elementos morfológicos a analisar os casos de Paraty no Brasil, Vila Real de Santo Antônio - VRSA em Portugal, analisando-as como cidades originalmente planejadas e refeitas na atualidade, sob o paradigma da contemporaneidade.

PALABRAS CLAVE: Forma urbana. Planejamento. História da cidade. Componentes morfológicos.

ABSTRACT: The city depends on its form which is the fruit of its historical evolution, of successive social, political and economic conditions,

resulting in the accumulation and integration of individual actions, and of small groups. The article seeks to understand the relations between morphology and planning of portuguese cities and those founded in Brazil on the occasion of historical events in the two countries, being divided into two parts. The first one produces a simplified bibliographical revision on the forms of Portuguese occupation of the territory. The second one analyzes the approaches and morphological elements to analyze the cases of Paraty in Brazil and Vila Real de Santo Antônio – VRSA, investigating them like cities planned in the past and remade in the present time, under the paradigm of contemporaneity.

KEYWORDS: Urban form, Planning, City history, Morphological components.

INTRODUÇÃO

Cidades são obras humanas, resultantes configuracionais de características históricas e sociais (Medeiros, 2013) e o estudo da forma urbana possibilita compreendê-la, uma vez que morfologia urbana busca aglutinar leituras, examinar indivíduos, organizações, perfazendo relações entre um e outro (Kropf, 2009; Kropf, 2017; Larkham, 2006; Moudon, 2015; Pereira Costa, 2015), devendo ir além dos tecidos consolidados.

Após breve revisão bibliográfica, este artigo apresenta então, casos em função de duas escalas: a arquitetônica e a do tecido (Kropf, 2017), principalmente por meio das elevações

dos conjuntos, massas edificadas e sistema viário. Com isso, como é perceptível, há a ausência dos planos parcelários completos, optando-se pelas imagens do Google Earth Pro quando necessário, suficientes para as análises morfológicas aqui realizadas.

1 | TRADIÇÕES URBANÍSTICAS

Para Talen (2009), a forma de uma cidade se constrói por meio de códigos, tradições e decisões, e também da multiplicidade de atuação destes que, sob determinadas condições locais, articulam seus elementos.

Para Bitencourt (2020), forma é o conjunto de atributos físicos espaciais e não espaciais, fruto das relações sociais estabelecidas e da evolução histórica, sendo, portanto, mais que o resultado da materialização das condições econômicas e sociais.

Nesse contexto, no Brasil, a forma de nossas cidades sofre a influência das tradições urbanísticas trazidas pela colonização portuguesa nos séculos XVI a XVIII e suas matrizes romanas, medievais e mouras. Um processo iniciado com a fundação das primeiras cidades que compunham a base do controle de rotas marítimas sendo entrepostos comerciais (Medeiros, 2013).

Com o mundo ocidental até então limitado aos espaços do Mediterrâneo, portugueses tão habituados à vida das bordas do Atlântico, reuniram no decorrer dos séculos XIII e XIV uma comunidade cosmopolita e multicultural de sábios e técnicos, criando no século XVI uma empresa de navegação de grande curso (Magnoli, 2015), que do Algarve alcançaria a costa marroquina, e de lá avançaria até as ilhas da costa africana, descendo pelo litoral atlântico até o hemisfério sul, alcançando o Brasil

Em cada novo porto, uma feitoria, um entreposto, fortificação ou vila, avançando num processo secular iniciado na Idade Média, em que “(...) a cidade se converteu num instrumento da política régia, fundamental na prossecução de dois objectivos indissociáveis: a consolidação do território e a centralização do poder (Trindade, 2015: 62).” Em todos os tempos, o importante era “(...) conhecer, delimitar, povoar e desenvolver economicamente o território” (Trindade, 2015: 60), respeitando os objetivos da política e sempre com programas mínimos, mas de grande eficácia: estruturas defensivas, igreja e casario, em que a investigação da forma tem algo a dizer.

Entretanto, há uma ideia corrente, as lógicas do semeador e do ladrilhador, imortalizadas na tese de Sérgio Buarque de Holanda (2004), que têm sido substituídas. Nela, a cidade em grelha, planejada, suposto monopólio da colonização espanhola, se opõe à cidade orgânica a descer o morro por meio dos caminhos irregulares, livre e desregulada como os “bairros velhos da Ribeira do Porto, povoados de embarcações e de mesteirais” (Ribeiro, 1994: 477).

Autores mais recentes sustentam que se de um lado, o domínio militar, econômico e político da metrópole espanhola sobre as terras conquistadas impunha a disciplina e a

visão ordenada dos cosmos, cara à época renascentista, de outro, a adaptação da malha a uma topografia e às condições físicas ambientais do sítio, aplicadas ali pelos portugueses, deixava que a cidade se modelasse à sinuosidade e às asperezas do solo (Holanda, 2004), tendo o traçado como um mediador dessas relações (Teixeira, 2015).

Tal técnica já havia sido utilizada na implantação das vilas medievais de Montalvão e Viana do Castelo, com muralha, castelo e traçado em grelha e; na configuração em cidade alta (poder religioso e político, dominado por muralhas e acesso limitado) e baixa (local das trocas econômicas, mais acessível junto às linhas d'água) presentes no Porto e em Salvador.

Foi também reproduzida nos vilarejos jesuíticos e assentamentos missionários regulares e organizados da fronteira sul do Brasil e nas vilas implantadas na costa e determinadas por Cartas Régias, as chamadas “vilas pombalinas – implantadas na hinterlândia brasileira” (Trevisan, 2009). Nelas, o plano do Marquês de Pombal era intensificar a rede urbana da Colônia com cidades novas, “regidas por normas”, numa “arrancada povoadora” que promoveria, “de uma só vez, a ocupação e maior proteção do território, a elevação da arrecadação de impostos e o fortalecimento do domínio português” (Trevisan, 2009:58).

O mesmo, vai ocorrer nos projetos das novas capitais do século XX, em Aracaju, Goiânia, Brasília e Palmas, todos exemplos de decisões de planejamento resultantes, definidos ou com implicações na forma, proposta aliás, encampada pelo Marquês já na reconstrução da baixa lisboeta após o grande terremoto de 1755, quando se optou pela grelha na baixa, mantendo-se nas encostas, a adaptação ao relevo (ver Fig. 1).

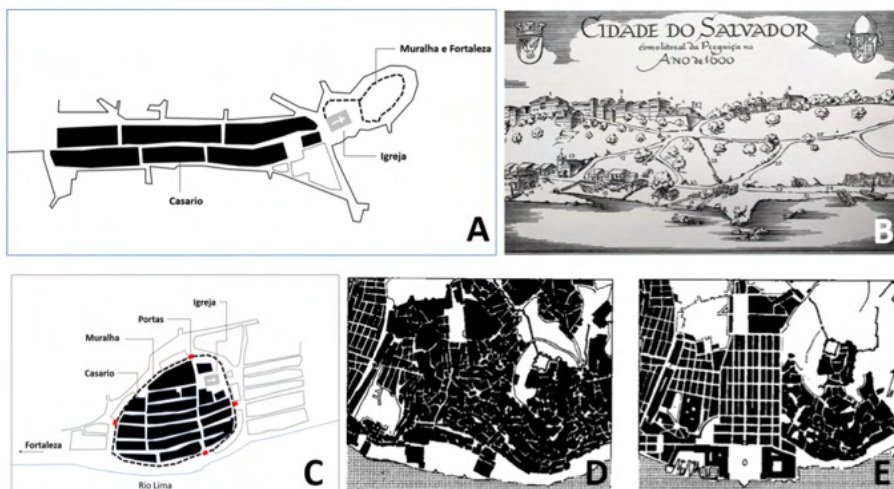


Fig. 1. Ações do antigo planejamento português: A – vila de Montalvão, B1 - Salvador em 1600, cidades alta e baixa, C - Viana do Castelo medieval, D - Lisboa pré-terremoto, E – Lisboa reconstruída. Fontes: Trindade (2015); Mapas históricos da Bahia (2019), Del Rio (1990).

1 Salvador, em 1600, reconstrução por Paulo Lachenmayer, em 1945, tiradas do Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento.

Mas registros claros dessa racionalidade e planejamento no trato com a forma, são as plantas de São Luís (MA) e Rio de Janeiro, com seus traçados geométricos ajustados aos condicionantes ambientais (Fig. 2). Essas decisões sobre o que fazer mediante condições impostas, e consequente manipulação da forma foram as estratégias usadas na fundação das cidades de Paraty, no sudeste brasileiro e de Vila Real de Santo Antônio (VRSA) no Algarve português, os casos que serão avaliados. Ambas traçadas em grelha, fundadas no período colonial, com propósitos econômicos definidos, são atingidas ao longo tempo pelos efeitos do desenvolvimento de novas atividades econômicas, não sem implicações na sua forma.



Fig. 2. Traçados regulares em A - São Luís, B - Rio de Janeiro. Fontes: National Archives of the Netherlands (2019), www.fortalezas.org (2019).

2 | ABORDAGENS DA MORFOLOGIA URBANA

Utilizada em diversos campos de estudo e prática profissional, a morfologia urbana trata das questões de patrimônio e da conservação do edifício e da paisagem e evidentemente ao planejamento das cidades. Assim, aplicada à urbanística, consensualmente, a morfologia atua no estudo dos procedimentos que moldaram a forma edificada das cidades, quer seja por meio do traçado, da composição espacial dos seus artefatos ou espaços abertos, elencando os significados simbólicos de cada parte (Bitencourt, 2020).

Pereira Costa (2015), Oliveira (2011) e Moudon (2015) destacam que as diversas correntes de morfologia urbana concordam sobre a importância da história na análise da cidade, quer seja para compreendê-la a partir do passado, ou projetá-la para futuro. Concordam ainda que a investigação em morfologia urbana pode ser realizada em diferentes níveis de resolução, normalmente, o edifício/parcela, a rua/quarteirão, a cidade e a região, havendo unidades urbanas coesas construídas num mesmo tempo, sob as mesmas condicionantes, e que sofreram processos de transformação semelhantes. Entretanto, essas unidades não são e não podem ser simplesmente jogadas, havendo o porquê, o onde, e o que do desenho das cidades (Talen, 2018).

Nesse sentido é possível organizar o pensamento da morfologia urbana em

abordagens programáticas, indicados no Quadro 1, adiante. Tal classificação (Bitencourt, 2020), com respectivos autores e elementos em destaque, contrapõe-se à tradicional organização em função de nacionalidades (Oliveira, 2016), o que evita, por exemplo, anular produções transnacionais ou personificar conhecimentos que na verdade não têm limites. Atuam como relatos derivados de um núcleo principal de características comuns e não dispensam a consulta às teses originais, havendo interesse no aprofundamento.

Abordagem programática	Principais representantes	Elementos
Tipo-morfológica	Muratori, Cannigia, Cataldi, e Strappa	Tipo, polos, nós, rotas, séries, tecido, organismo.
Histórica-geográfica	Conzen, Whitehand e Larkham	Fringe belts, períodos e regiões morfológicas, burge cycle.
Funcional	Panerai, Castex e Depaule	Quadra, caminho urbano, centralidades, rupturas.
Perceptiva	Lynch, Alexander, Cullen	Padrões, limites, caminhos, bairros, marcos, nós.
Modelos de Cidades	Carvalho, Indovina	Modelos de cidade (orgânica, clássica, jardim, modernista e urbano-campestre e o arquipélago metropolitano).
Sintaxe Espacial	Hillier, Hanson, Holanda	Integração, acessibilidade, inteligibilidade medida a partir de conexões entre vias, desconsiderando por exemplo alturas e declividades
Fractais	Mandelbrot, Batty, Longley	Investigação da forma por meio da geometria não euclidiana do fractal: um objeto geométrico irregular repetido ao acaso

Quadro 1. Abordagens programáticas e autores da morfologia urbana. Fonte: Bitencourt (2020).

Dessas, o artigo vai destacar duas: a abordagem tipo-morfológica e a a a abordagem funcional.

A abordagem tipo-morfológica

A abordagem tipo-morfológica surgiu em meio a crítica do movimento modernista e é especialmente oportuna para se identificar morfogênese das cidades: conjunto de processos que levam a formação de núcleos urbanos evidenciando aspectos topográficos, hidrológicos, pedológicos, climáticos, além dos políticos, históricos e sociológicos. Seus autores focaram

a sua atenção no conceito de processo tipológico, existindo um modo de construir, um modelo que se manifesta em cada momento e em cada cultura, denominado consciência espontânea, complementado pela chamada consciência crítica, geralmente exercida pelos técnicos (Pereira Costa, 2015).

Outro conceito importante é o de área cultural, espaço onde vínculos espaciais são criados entre os habitantes de uma dada área, como num espelho da sociedade, "(...) incluindo um código comportamental de costumes e linguagem diferenciada (...). Dessa forma, cada um vive numa área cultural já definida (...) a consciência e percepção de pertencer (...) de fazer parte de uma entidade espacial" (Pereira Costa, 2015: 207).

A teoria tipológica se desenvolve a partir dos tipos básico e especializado (ver Fig. 3, Fig. 4 e Fig. 5), e ampliando-se a escala por meio de séries alinhadas, organizadas em rotas, que unem polos opostos e se cruzam em nós, formando conjuntos com características semelhantes, chamados tecidos que são unidades de crescimento e transformação da cidade.



Fig. 3 e Fig. 4. Séries tipológicas, a partir do tipo básico do sobrado português, em Lisboa e no Porto. Fonte: fotos do autor (2019).



Fig. 5. Tipos básicos e especializado (Clérigos) no Porto em que os planos distintos atribuem monumentalidade ao segundo. Fonte: fotos do autor (2019).

Os tipos básicos sofrem ao longo do processo tipológico, diversificações que podem ser diacrónicas (temporais e transitórias), quando resultado do processo evolutivo ao longo

do tempo (Cataldi, 2018), tais como gabarito, altura, introdução de aberturas, sem no entanto, modificar substancialmente seu conceito; e sincrônicas (atemporais e definitivas), modificações para ajustes a novas condições ambientais, culturais e o tecido estabelecido, como projeção, recuos, alinhamento dentre outros (Cataldi, 2018; Pereira Costa, 2015; Strappa, 1995)², alterando significativamente o tipo básico ou mesmo criando um novo tipo (Bitencourt, 2020), conforme a Fig. 6.



Fig. 6. Diversificação tipológica na Avenida Montevideo, na Freguesia da Foz, Porto. Fonte: fotos do autor (2019) e Google (2019).

Especificamente no caso das rotas, que ligam os vários polos urbanos, elas são geralmente a primeira estrutura urbana a ser tomada em consideração na análise sobre os conjuntos edificados (Pereira Costa, 2015). Podem ser principais, recebendo o tipo básico, dentro das parcelas que formarão as séries tipológicas; planejadas, que geralmente perpendiculares, recebem os lotes que já não cabem na rota principal ou; de conexão quando, permitindo o acesso aos novos lotes dos fundos da rota principal, configuram o quarteirão espontâneo e repetido de maneira deliberada nas grelhas. No decorrer do crescimento urbano, uma rota alternativa, a de transposição, permitirá o acesso aos dois polos originais de maneira mais direta.

Como abordagem tipo-morfológica trabalha com os testemunhos da morfogênese da cidade tradicional, observando por exemplo, a formação de malhas e tecidos espontâneos, ou mesmo a combinação de ruas, lotes e edifícios, e com eles crescimento e transformação da cidade, ela é útil na gestão de sítios tombados, quando ajuda a identificar conjuntos homogêneos ou subsidiar políticas de preservação.

Pode também ajudar na elaboração de zoneamentos que desejem fugir do padrão funcional exclusivo, cada vez mais caros ao planejamento contemporâneo (Kropf, 2017; Bitencourt, 2020); e, por estudar elementos que se combinam para formar estruturas de maior escala de assentamentos inteiros, avaliando identidade local, cultura e hábitos, serve de referência para a compreensão de processos de desenvolvimento de áreas informais, que também conformam espaços orgânicos construídos pela cultura e pela tradição dos povos

² Classificação a partir dos conceitos tratados pelos autores. Existem ainda as diversificações diatópicas e sintópicas que não serão aqui tratadas.

(Gomes e Bitencourt, 2018).

A abordagem funcional

Surgidos no âmbito da Escola de Arquitetura de Versalhes, a abordagem denominada funcional também emerge como reação à arquitetura modernista (Moudon, 2015) e o termo funcional deriva da compreensão de uma sociedade em modelo organicista (Durkheim, 2004), um grande relógio funcional, formado por elementos em que cada um é indispensável e tem sua especialização, da qual decorrem implicações espaciais imediatas.

Os autores também indicam a crise do até então estável modelo radiocêntrico, sob o qual se desenvolveu boa parte das cidades até século XIX e que representaria um mundo onde o poder constituído está no centro, coincidente com o centro histórico urbano, origem da cidade, e que domina o território que o cerca, à imagem e semelhança de um organograma da sociedade.

Um dos principais elementos indicados pelos autores é a quadra, como visto, no passado ou no presente, uma das maneiras que o homem, a partir das consciências espontânea e crítica, se utilizou para organizar sua atuação no território. Disseminada pelos gregos e romanos, também pelas bastides francesas, pelas cidades medievais, avançaram pelo renascimento nas terranuovas italianas³, na Ásia e nas Américas, chega aos oitocentos pelos ensanches espanhóis e pelas *land ordinances* de Manhattan e nos traçados positivistas de Washington, Belo Horizonte e La Plata, em todos trazendo a ideia de racionalidade, a cidade quadriculada, fruto de raciocínio simples, militar, medido e culturalizado (Panerai, 2006), a controlar o desenvolvimento.

Entretanto, também é, segundo Talen (2018), sinônimo de ocupação não hierárquica, dotada inúmeras vezes de indistinção e reduzidos níveis de legibilidade, de maneira majorar os lucros dos investidores. É como conta segundo Carvalho (2003): qualquer outra solução funcional para além da simples quadrícula prejudicaria os interesses comerciais, pois ruas com tráfego, por exemplo, àquela altura, afetariam perigosamente os valores dos terrenos.

Mas as quadras também podem ser pouco adaptáveis a terrenos acidentados, entretanto também são fortemente interconectadas e prontamente expansíveis, agora por meio das malhas ou grades pretensamente infinitas. Por meio delas, é possível conectar todos os tipos de espaços - público e privado, residencial e não residencial (Bitencourt, 2020). Seu desenho atende aos novos modelos de cidade burguesa, cidade industrial, cidade moderna e vai servir de matriz, em grande parte, para os movimentos de periferação e suburbanização do século XX, já que a malha (*grid*) maximiza custos de infraestrutura, oferece menores comprimentos de viagem, maior número de lotes e opções de rotas caminháveis, inclusive quando comparados com outras formas de parcelamento, como os *loops* e *lollipops*

³ Conjunto de cidades florentinas, fundadas no vale do rio Arno, com destaque para San Giovanni (1269-99) e Terranuova (1337), segundo Trindade (2015, p.156)

(Southworth; Owens, 1993).

Pela utilidade elementos quadra e malha permanecem como opções para o planejamento da cidade contemporânea e seus fundamentos, mesmo em tecidos consolidados, como podemos observar no caso de Palmas (TO). Inaugurada em 1989, partir de um projeto físico de implantação *ex nihilo* (Velasquez et al, 2016), estruturado a partir de proposta de macroparcelamento definido por um sistema viário hierarquizado e quadras de aproximadamente 700 x 700 metros, organizadas segundo os usos prioritários (GRUPOQUATRO, 1989).

Recentemente, na iniciativa de ampliar os modos de transporte não motorizados, como forma de alterar a dependência do transporte individual, do consumo de combustíveis fósseis e reduzir a emissão de poluentes, a Prefeitura da cidade tem investido na implantação de uma rede cicloviária, preferencialmente ao longo da malha de avenidas arteriais definidas no plano original. Alternativamente, alunos do oitavo semestre Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins trabalharam em disciplina de projeto urbano⁴, uma solução de se criar outra malha, sobreposta, percorrendo os caminhos internos das quadras, ruas locais, praças, caminhos, dentre outros, evitando assim, pesados fluxos de veículos nas rotatórias e avenidas da cidade (ver Fig. 7).



Fig. 7. Redes viária e cicloviária em Palmas (TO). Fonte: Julia Prado (2021).

3 | DOIS CASOS PARA ESTUDO

3.1 Paraty, Brasil

Situada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, a 240 quilômetros da capital

⁴ Projeto de Urbanismo 2, semestre 2021/1, sob responsabilidade dos Professores. Dra. Lucimara Albieri e Dr. Ricardo Bitencourt.

fluminense, a paisagem de Paraty sobrepõe florestas, mar e patrimônio histórico, tendo recebido durante seus quatro séculos de existência, camadas de ocupações humanas dos mais variados tipos, formais e informais, todos em busca dos benefícios da localização, proximidade da beleza cênica e tranquilidade conferidas pela Serra do Mar, Baía de Paraty e seus recantos. Sua localização estratégica sempre serviu como conexão entre o litoral e o interior do Brasil e os primeiros colonizadores a fundaram como núcleo urbano dotado com equipamentos e defesas, servindo ao escoamento do ouro dos séculos XVII e XVIII e depois à produção cafeeira (Brasil, 2011). No século XX foi transformada em polo turístico pelas boas características de conservação de seu, ainda que gentrificado, conjunto arquitetônico e urbanístico.

Formado por aproximadamente trinta quarteirões, o centro histórico de Paraty, de traçado essencialmente regular, possui ruas no sentido N-S, E-W, com poucas distinções entre elas. Ocupa um trapézio de aproximadamente quinze hectares, localizado numa península plana formada por sedimentação de depósitos aluviais e marítimos, entre o mar e as embocaduras dos rios Perequê-Açu a norte e Mateus Nunes ou Patitiba a Sul, com parcelas quase totalmente preenchidas por edificações, conforme observado na Fig. 8. As áreas contíguas ao centro histórico, contrariamente, possuem tecido irregular próprio dos processos de expansão.



Fig. 8. Centro histórico de Paraty. Fonte: Elaboração Vinicius Cruvinel, sobre Google (2019).

O tipo básico é muito próximo àquele observado em Portugal no século XVI, com um ou dois pavimentos, residenciais ou mistos, de pequena escala, como janelas e portas alinhadas, reunidos ao longo das vias sofrendo diversificações principalmente diacrônicas, mantendo-se a coesão do conjunto (ver Fig. 9, itens A, B e C). Nas bordas do traçado, estão os tipos especializados, templos católicos das mais diversas agremiações: Matriz dos Remédios, Rosário, Santa Rita e Senhora das Dores, que se tornam marcos na paisagem urbana em função da localização e monumentalidade. Não há uma praça principal central, mas cinco, todas na periferia do conjunto. Delas, pelo menos três se abrem ao mar, quatro recebem um templo, e uma já fora do perímetro do centro histórico, é a praça do Chafariz. O interior do conjunto é dedicado às demais atividades urbanas e ao ambiente doméstico, devidamente abrigado dentro dos quarteirões.

No decorrer dos anos, se desenvolveu ao sabor das atividades econômicas, contíguo ao núcleo original o tecido urbano dos bairros de Fátima, Patitiba e Ilha das Cobras, esse último caracterizado por edificações precárias, oficinas de barcos e famílias de pescadores. Posteriormente, o crescimento avançou para o interior, nas áreas de chácaras, que gradativamente foram subdivididas e ocupadas, dando início à formação da localidade de Mangueira, sempre no entorno imediato do centro histórico, com significativas alterações dos padrões tipológicos, inclusive ocupações informais do espaço público, que vão pouco a pouco, transformando a paisagem por meio de diversificação sincrônica, isolando o centro histórico. São transformações de residências em pousadas e restaurantes, quartos de aluguel, acréscimos e “puxadinhos”, reflexos do turismo no crescimento urbano e desordenado, na maioria dos casos, alternativas para o complemento e renda da população, observados nas imagens da Fig. 9 (itens C e D).



Fig. 9. Centro histórico de Paraty: A - tipo básico, B - série tipológica, C - diversificações diacrônicas no seu entorno, D - ocupações do espaço público. Fonte: fotos do autor (2018).

Nas décadas recentes, ao longo da BR 101, à oeste do município, vão surgir diversos polos periféricos ao longo da rota estabelecida entre Angra dos Reis (RJ) e Ubatuba (SP), além de ramificações à meia encosta.

3.2 Vila Real de Santo Antônio, Portugal

Para impor ordem e estabelecer a dominação, além de contemplar simbolismo, aspirações de grandeza, eloquência e grau de civilidade (Medeiros, 2013), a Coroa portuguesa cuidava de traçar com racionalidade suas cidades, também no território metropolitano. É o caso da Vila Real de Santo Antônio - VRSA, fundada em 1773 com propósito específico e projeto unitário, passando então a sofrer processos de transformação.

A região do Algarve, ao sul do território português, após o encerramento do ciclo das grandes navegações e transformações econômicas causadas pelo aumento das remessas das minas brasileiras, entra em um período de decadência, só retornando ao interesse dos políticos, após o terremoto de 1755, pelas intensões do Marquês de Pombal, de diversificação da economia por meio da pesca e sua indústria (Fidalgo et al, 2012). Assim, ao final do século XVIII, representantes das sociedades comerciais, do norte do país, instalam seus negócios na nova vila que se construiu por ordem do governo central (Fidalgo et al, 2012; Santos, 2010).

Acerca de seu projeto, o sítio escolhido, denominado Barranco, era localizado na margem direita do rio Guadiana, transfronteiriço entre Portugal e Espanha, além de propício ao controle da atividade pesqueira, e possuidor de terrenos planos na foz do rio, fazendo ainda frente ao Império vizinho.

A primeira planta da cidade foi executada pela Casa do Risco das Obras Públicas, sob a orientação do arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (Fidalgo et al, 2012) e remetia aos princípios de uma cidade ideal do iluminismo: planta-modelo, de aproximadamente oito hectares, sem qualquer concessão ao sítio, exceto o alinhamento ao mar e ao rio (Teixeira, 2015). Uma “arquitetura de programa” (Correia, 2001 apud Fidalgo et al, 2012: 84), herdeira da longa “tradição urbanística portuguesa em territórios de além-mar e experiências na área da engenharia militar”, caracterizada por “uniformidade, ordem, sobriedade e standardização”, reflexos do poder real e absoluto, suavizados pelo iluminismo, tendo nela tudo, uma função (Fidalgo et al, 2012: 84).

Quanto aos aspectos morfológicos, a vila é retangular, voltada para o Guadiana em sua maior face, com ruas cruzando-se em ângulos retos (cinco N-S e seis L-W) e toponímia remetendo-se às figuras da família real, com larguras indiferenciadas (ver Fig. 10). Desenvolvem-se a partir de um elemento central, a Praça Real, “espaço aberto no meio dos quarteirões edificados”, que “embora não esteja no centro geométrico da planta, é o seu espaço centralizador” (Fidalgo et al, 2012: 85). Ali estariam o Quartel, as Casas da Câmara e Cadeia e a Igreja em conjunto harmonioso de tipos especializados. O edifício da Alfândega,

essencial para cumprimento das funções atribuídas ao conjunto urbano e os das sociedades pesqueiras foram dispostos na frente ribeirinha, junto ao porto. O tipo básico, originalmente térreo (Fig. 11), é difícil encontrar atualmente sem alguma diversificação tipológica, quer seja pela introdução de elementos arquitetónicos (Fig. 12, ítem A), acréscimo de pavimento (Fig. 12, ítem B) ou alteração completa da fachada (Fig. 12, ítem C).

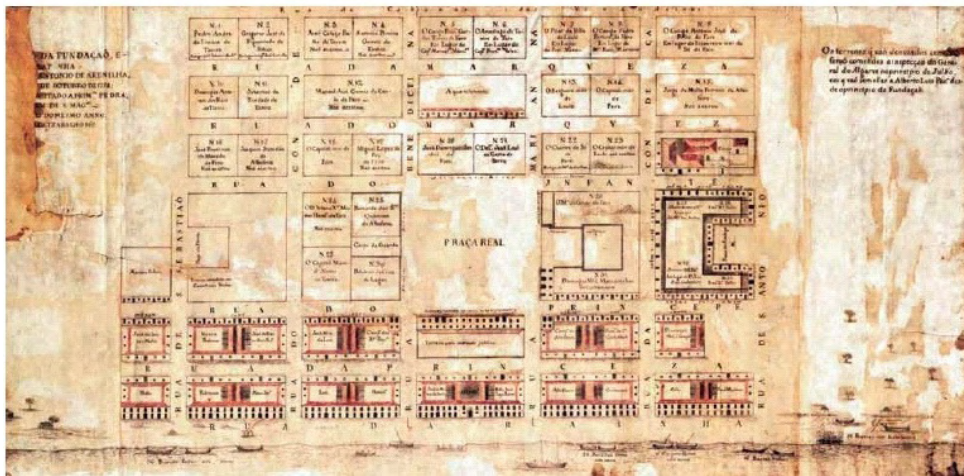


Fig. 10. Planta-modelo da VRSA, 1774. Fonte: Arquivo Histórico de Vila Real de Santo António.

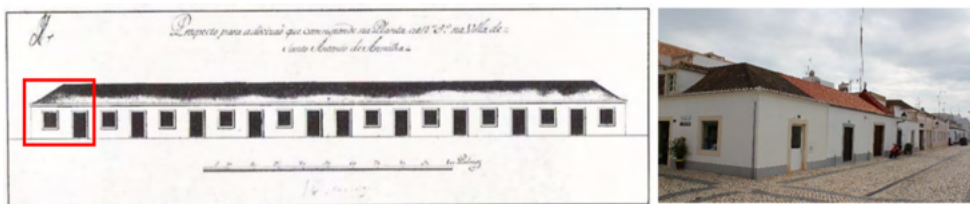


Fig. 11. Tipo básico (em destaque) e série tipológica em projeção de quarteirão original e casario preservado em VRSA. Fonte: Correia (1997), adaptado e foto do autor (2019).



Fig. 12. Diversificação no tipo básico da VRSA: A - introdução de elementos arquitetônicos, B - acréscimo de pavimento, C - alteração completa da fachada. Fonte: fotos do autor (2019).

A morte do rei Dom José I, em 1777, e os fatos que seguiram, trouxeram abandono temporário às estratégias políticas e econômicas do Marquês de Pombal e um intervalo de crise à VRSA, superado a partir da legislação liberal de 1830 (Fidalgo et al, 2012: 87), que então se aproveita do projeto funcional original da vila, para desenvolvimento de uma próspera indústria conserveira do pescado que perdurará até a primeira metade do século XX, a registrar mais diversificações, agora sincrônicas, com implantação de edificações em estilo eclético e outras mais próximas do tipo básico original (ver Fig. 13), sem contudo causar transformações no traçado original, apenas ocupações dos inúmeros lotes disponíveis à época.

No século XX, como em Paraty, a atividade turística desponta, desenvolve-se o setor terciário e conforma-se o entorno do centro histórico, mas diferentemente, houve a manutenção do traçado, mesmo com a intensificação das diversificações diacrônicas, incluindo a instalação de “elementos perturbadores (...), como toldos, aparelhos de ar-condicionado, (...) antenas e equipamentos associados (...), que dificultam a percepção e leitura da cidade” (Fidalgo et al, 2012: 93).

Pouco a pouco, em nova diversificação sincrônica, surge um novo tipo (ver Fig. 14, ítem A), mais adaptado às novas condições locais, o edifício em altura, na coroa mais externa ao centro histórico, acompanhado, agora sim, de significativas alterações no traçado: quadras com ruas internas (ver Fig. 14, ítem B), pracetas, blocos isolados e estacionamentos (ver Fig. 14, ítem C); uma diluição do projeto original, configurando um tecido mais fragmentado. Diluído como são os tecidos da cidade contemporânea (Carvalho, 2013; Vázquez, 2016;

Goitia, 1970), a exemplo de uma mancha de tinta sobre o território, inacabada, polinucleada, heterogénea, salpicada de vazios (Gausa, 2007), inclusive com vestígios do mundo rural, em conformação oposta à cidade radiocêntrica, outrora compacta e organizada, dos séculos anteriores (Panerai, 2006).



Fig. 13. Diversificação no tipo básico na Rua da Princesa em VRSA. Fonte: fotos do autor (2019) e Google (2019)



Fig. 14. Diversificação no entorno do centro histórico de VRSA: A – o novo tipo, o edifício, B – ruas internas, C – espaços públicos diferenciados. Fonte: fotos do autor (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades de Paraty e VRSA são exemplos de urbanismo português na Colônia e na Metrópole, que derivam de tradições do uso da forma no planejamento do território, e que, a pesar dos processos próprios, chegam ao século XXI mantendo algumas similaridades, muito em função da força que os elementos urbanos mantêm no decorrer do tempo. Ambas fundadas como núcleos morfológicamente regulares, atendendo propostos específicos: defender sua população, controlar ou escoar a produção, garantir a posse do território e a soberania do estado, são agora, moldadas pela atividade turística e reféns da lógica espacial da contemporaneidade.

Não obstante às profundas diferenças que possam ainda subsistir entre cidades brasileiras e europeias, diferenças de distribuição mais equitativa suas riquezas, elas nunca se desvincularam, e talvez nunca se desvinculem, ainda que se sobreponham novas roupagens de modernidade “global” (Ferreira, 2005), de um lado e de outro. Do ponto de vista morfológico também seguiremos tendo similaridades entre elas, podendo-se utilizar dessas lições para o planejamento futuro.

Concluindo, o fato de portugueses e espanhóis terem maneiras diferentes de construir suas cidades, nunca as fez mais ou menos planejadas. Observemos Ayamonte, a cidade andaluza, na margem esquerda do rio Guadiana, habitada originalmente por gregos e fenícios, antiga e orgânica sobre a colina (Fig. 15). Oposta à plana e programática Vila Real de Santo Antônio, as duas são respostas distintas às necessidades atemporais de ocupar e reconstruir o território, a própria essência do planejar.



Fig. 15. Vista da cidade de Ayamonte, província de Huelva, na Espanha, vista da Vila Real de Santo Antônio, na margem oposta do rio Guadiana. Fonte: foto do autor (2019)

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BITENCOURT, R. B. *Para planejar boa forma, a avaliação de planos na cidade contemporânea*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. *Paraty (Cultura e Natureza)*. Dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial como sítio misto, apresentado pelo Governo Brasileiro à UNESCO., Brasília, 2011.
- CARVALHO, J. *Formas Urbanas*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2003.
- CARVALHO, J. *Ordenar a cidade*. Coimbra, Quarteto Editora: 2013.
- CANNIGIA, G.; MAFFEI G. L. *Interpretating Basic Building: Architectural Composition and Building Typology*. Firenze: Alinea, 2001.
- CATALDI, G. *Towards a General Theory of Urban Morphology: The Type-Morphological Theory*. In OLIVEIRA, V (Ed). *Teaching Urban Morphology (65-78)*. Porto: Springer International Publishing, 2018.
- COELHO, C.D. *O Tecido. Leitura e interpretação*. In COELHO, C. D (Coo). *Os elementos urbanos (13-35)*. Lisboa: Argumentum, 2015.
- CORREIA, J. E. H. *Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1997.
- CORREIA, J. E. H. *A importância da arquitetura de programa na História do Urbanismo Português*. Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte (161-169). Faro, p.25-29, 2001.
- DEL RIO, V. *Introdução ao desenho urbano no processo de planeamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FERREIRA, J. S. W. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, Bauru, 21-26, 2005. Disponível em <https://cidadeparaquem.org/textos-academicos/2005/8/21/a-cidade-para-poucos-breve-historia-da-propriedade-urbana-no-brasil>. Acesso 5/8/2021.
- FIDALGO, A., GRILLO, M. L.; SANTOS, M. S. *Centro Histórico de Vila Real de Santo António: passado, presente e futuro*. Promontoria, Coimbra, v.10, p.81-114, 2012.
- GAUSA, M. *Landlinks*. In: COLAFRANCESCHI, D. *Landscape + 100 palavras para habitá-lo*. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.
- GOITIA, F. C. *Breve historia del urbanismo*. Madrid: Alianza, 1970.
- GOMES, R. F.; BITENCOURT, R. B. *Metamorfoses urbanas e segregação de comunidades pesqueiras, em conjuntos urbanos tombados no litoral brasileiro*. Congresso PNUM - Rede lusófona de morfologia urbana. Porto, 2018.
- GRUPOQUATRO. *Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins*: Palmas/Plano Básico. Goiânia, 1989 (mimeo).
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- KROPF, K. *The Handbook of Urban Morphology*. Chichester: John Wiley & Sons Ltda, 2017.

- KROPP, K. *Aspects of urban form*. Urban Morphology, v.13, n. 2, p.105-120, 2009.
- LARKHAM, P. *The study of urban form in Great Britain*. Urban Morphology, v.10, n.2, p.117-141, 2006.
- MAGNOLI, M. M. *Paisagens Urbanas - Imaginário na fase atual da globalização*. Paisagem e Ambiente: ensaios (FAU/USP), v.35, p.13-59, 2015.
- MEDEIROS, V. A. S. *Urbis Brasiliae: o Labirinto das Cidades Brasileiras*. Brasília: EdUnB, 2013.
- MOUDON, A.V. *Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente*. Revista de Morfologia Urbana (Rede Lusófona de Morfologia Urbana), v.3, n.1, p.41-49, 2015.
- OLIVEIRA, V. M. A. *Morfologia urbana: diferentes abordagens*. Revista de Morfologia Urbana (Rede Lusófona de Morfologia Urbana), Porto, v.4, n.2, p.65-68, 2016.
- OLIVEIRA, V. M. A. *Avaliação em Planeamento Urbano*. Porto: U.Porto Editorial, 2011.
- PANERAI, P. *Análise Urbana*. Brasília, EdUnB, 2006.
- PEREIRA COSTA, S. A. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- RIBEIRO, O. *Opúsculos Geográficos: Temas Urbanos* 5. vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- SANTOS, M.S. *A Fundação de Vila Real de Santo António*. In FIDALGO, A., GRILLO, M. L. y SANTOS, M. S. Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista (catálogo da exposição x-x), Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de VRSA, 2010.
- STRAPPA, G. *Unità dell'organismo architettonico: Note sulla formazione e trasformazione dei caratteri degli edifici*. Bari: Edizione Dedalo, 1995.
- SOUTHWORTH, M. OWENS, P. *The Evolving Metropolis: Studies of Community, Neighborhood, and Street Form at the Urban Edge*. Journal of the American Planning Association, v.59, n.3, p.271-287, 1993.
- TEIXEIRA, M. *As Formas da Cidade Portuguesa*. In: OLIVEIRA, V.; MARAT-MENDES, T.; PINHO, P. O Estudo da Forma Urbana em Portugal (25-54). Porto: U.Porto Editorial, 2015.
- TREVISAN, R. *Cidades Novas*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- TRINDADE, L. A. M. *A malha. Fazer cidade medieval: agentes programa e execução* (59-81) In: COELHO, C. D (Coo). Os elementos urbanos. Lisboa: Argumentum, 2015.
- VÁZQUEZ, C. G. *Teorías e historia de la ciudad contemporánea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2016.
- VELASQUES, A. B A; REZENDE, V. L. F M.; SANTOS JUNIOR, A. A. F. *Palmas, a última capital planejada do século XX: resgate de uma parte da história do urbanismo brasileiro pouco conhecida*. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, 2017.

Fontes eletrônicas

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=911&muda_idioma=PT (Consulta: 9/3/2019).

<http://www.cidade-salvador.com/seculo16/salvador-1600.html> (Consulta: 12/2/2019).

<http://www.gahetna.nl/collectie/> (Consulta: 9/3/2019).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 2, 61, 63, 106, 118, 174

Arquitetura 11, 12, 13, 15, 16, 25, 26, 36, 42, 53, 55, 56, 57, 63, 64, 84, 85, 86, 87, 99, 100, 101, 113, 121, 122, 125, 130, 131, 148, 149, 151, 152, 167, 168, 169, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190

Arquitetura religiosa 13, 26, 42, 53, 55, 56

C

Catas altas 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62

Centro histórico 38, 78, 121, 123, 124, 127, 128, 130

Chan Chan 84, 86, 87, 93, 94, 95, 98, 99, 100

Cidade contemporânea 9, 122, 127, 130, 151, 168

Cidades 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 26, 53, 57, 59, 64, 71, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 103, 107, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 125, 129, 131, 132, 133, 137, 146, 147, 149, 151, 152, 155, 167, 168, 179, 190

Cidades brasileiras 113, 129, 131, 167, 179

Civilização inca 84, 85

Convento do Carmo Pequeno 36

Cusco 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 98, 99

D

Desenho urbano 106, 130, 141, 142, 143, 146

Desigualdade socioespacial 101, 112

E

Edifício louveira 167, 169, 170, 173, 175, 180

Évora 52, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82

F

Formação urbana 132, 133, 134

H

História da cidade 63, 114, 135, 141, 147, 148

História urbana 132

I

Itabirito 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62

J

Jardim de chuva 151, 153, 155

L

Legislação urbanística 104, 105

M

Machu Pichu 84, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 99

Morfologia urbana 84, 114, 117, 130, 131, 141, 142, 143, 150

N

Natal 111, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Nossa Senhora do Amparo de São Cristóvão 11, 12

P

Pachacamac 84, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Paisagem 37, 117, 123, 124, 131, 141, 143, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 168, 176, 190

Paisagem urbana 37, 124, 141, 149, 152, 155, 156

Paraty 114, 117, 122, 123, 124, 127, 129, 130

Parnamirim 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Parque Guinle 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 24, 36, 39, 51, 53, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 90, 117, 123, 130, 141, 142, 143, 147, 148, 150, 170, 179

Patrimônio histórico 2, 8, 10, 15, 24, 39, 51, 60, 63, 123, 170, 179

Planejamento urbano e regional 131

R

Restauração 11, 21, 25, 36, 40, 51

S

Santiago calatrava 181, 182, 183, 186, 188

São Cristóvão 11, 12, 14, 15, 16, 23, 36, 37, 38, 43, 51, 52

São Paulo 10, 25, 51, 52, 63, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 130, 131, 149, 150, 151, 155, 156, 169, 170, 178, 179, 180, 189

Sustentabilidade 1, 111, 113, 151, 156

T

Técnicas construtivas 11, 16, 62

Tepic 26, 27, 31, 34

Teresina 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150

Tombamento 5, 7, 8, 9, 170

U


Urbanismo 11, 35, 36, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 113, 122, 129, 130, 131, 149, 157, 179, 180, 181, 190


V


Vila real de santo antônio 114, 117, 125, 129

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

www.atenaeditora.com.br 


contato@atenaeditora.com.br 


@atenaeditora 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 